

## ASSOCIAÇÕES CIVIS, GARANTIA DE DIREITOS E SAÚDE

**Ana Maria de Arruda Camargo, Maria Elena Guariento**

UNICAMP/HC/FCM

anamaria@hc.unicamp.br

**RESUMO:** Este estudo foi realizado com usuários do Hospital de Clínicas, membros da ACCAMP, matriculados no Ambulatório de doença de Chagas e no Grupo de Estudos e Pesquisa em doença de Chagas da Unicamp sendo este serviço referência de ensino, pesquisa e assistência em doença de Chagas para o município de Campinas e região. O perfil dos usuários foi levantado através dos dados das fichas da ACCAMP e ficha social do Serviço Social do HC/UNICAMP onde foi acrescentado três questões abertas no sentido de identificar o significado, importância, que atribuem a sua participação em movimentos sociais organizados, na própria ACCAMP e da ACCAMP na organização da Federação Internacional de Portadores de doença de Chagas. Foram entrevistados 15 usuários dos que freqüentam mensalmente as reuniões distribuídos entre membros da diretoria e associados. Os resultados encontrados foram que três membros da diretoria tem participação ou tiveram no Conselho Popular de Alimentação, Conselho Municipal de Educação, Conselho das Escolas, Conselho de Creche, Conselho Municipal de Saúde, Pastoral da Saúde e da Família, Grupo de Igreja, Conselho do Idoso e Partido político. Os demais participam apenas ACCAMP. Quanto ao papel da Associação foi apontado pelos entrevistados a importância desta ser um espaço de acesso à informação, aos serviços de saúde, troca de conhecimentos, reivindicações organizadas, força da luta coletiva, compartilhamento de dificuldades, melhoria da qualidade de vida e relacionamento mútuo. Quanto a importância da organização da Federação Internacional de portadores de doença de Chagas ressaltaram a importância de possibilitar troca de conhecimentos e conhecimento de outras realidades, luta mais ampla em torno da mesma problemática, força de mobilização envolvendo outras realidades, ajuda mútua, organização de eventos e fóruns mais amplos de discussão e reivindicação. Concluiu-se que esses processos sinalizam mudanças culturais que conferem ao usuário dos serviços de saúde, na sua maioria com histórico de dificuldades econômicas e com baixa escolaridade, um lugar ativo no processo de efetivação do direito à saúde e de uma sociedade mais participativa.

**PALAVRAS-CHAVES:** Saúde, Direitos, Associações civis